

## Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 22/07/2016

- [Unicef denuncia assassinato de crianças na Síria](#)
- [Projeto proíbe venda de energéticos a menores de 18 anos](#)
- [Zika seria causa de nova síndrome congênita, apontam especialistas em encontro da OPAS](#)
- [VÍDEO: Ouvir crianças e jovens é o primeiro passo por mais saúde e segurança](#)
- [Nada justifica ataques contra crianças, diz UNICEF após mortes na Síria](#)
- [Unicef denuncia assassinato de crianças na Síria](#)
- [FONINJ: Sistema de Justiça une esforços contra o trabalho infantil](#)
- [MPPE recomenda que escolas do Recife adotem medidas para assegurar o aprendizado de alunos com dislexia](#)
- [Livre-se de dúvidas na educação do filho adotivo](#)

## **Assunto: Unicef denuncia assassinato de crianças na Síria**

**Fonte:** Agência Brasil

**Data:** 22/07/2016



O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) denunciou que mais de 20 crianças morreram ao longo desta semana em ataques aéreos em Manbij, no norte da Síria.

A cidade e seus arredores, que abrigam 150 mil pessoas, são controlados pelo grupo Estado Islâmico (EI), mas estão sob intenso assédio de forças curdas, apoiadas pela coalizão internacional liderada pelos Estados Unidos.

"Nesta semana, mais de 20 crianças foram assassinadas em ataques aéreos em Manbij, e um garoto de 12 anos foi brutalmente morto em Aleppo", declarou Hanas Singer, representante do Unicef no país árabe. Segundo o órgão, 35 mil crianças estão presas na região sitiada.

"Esses terríveis episódios deixam ainda mais claro às partes em conflito sua responsabilidade de respeitar as leis internacionais humanitárias que protegem as crianças na guerra", acrescentou Singer.

Manbij é considerada crucial na guerra contra o Estado Islâmico porque fica a cerca de 130 quilômetros de Raqqa, tida como a capital do grupo na Síria.

Edição: **Talita Cavalcante**

**Assunto: Projeto proíbe venda de energéticos a menores de 18 anos**

**Fonte:** Agência Câmara Notícias

**Data:** 22/07/2016



A Câmara dos Deputados analisa projeto que proíbe a venda, a oferta e o consumo de bebidas energéticas a menores de 18 anos (PL 455/15). A proposta, do deputado Rômulo Gouveia (PSD-PB), determina ainda que os estabelecimentos que comercializam produtos energéticos ficam obrigados a informar sobre a proibição prevista na lei.

*Luis Macedo / Câmara dos Deputados*



Gouveia diz que alguns estados já tomaram iniciativas com esse objetivo, e considera fundamental que se aprove uma lei com abrangência nacional

Pelo texto, o descumprimento caracteriza infração sanitária, sem prejuízo de outras de natureza civil ou penal, bem como aquelas definidas em leis especiais. As infrações à legislação sanitária, estabelecidas na Lei [6.437/77](#), preveem desde advertência e multa até o cancelamento da autorização do funcionamento da empresa.

Segundo Rômulo Gouveia, o consumo de energéticos em excesso ou por determinados grupos, especialmente crianças e jovens e por aqueles que têm tendência a arritmias, pode provocar sérios danos à saúde.

“Os energéticos são ricos em cafeína, que é um estimulante do sistema nervoso e pode provocar o aumento da pressão arterial e dos batimentos cardíacos. Ademais, os especialistas informam que os riscos se ampliam quando os energéticos são utilizados com bebida alcoólica, prática comum entre jovens”, afirma o deputado. Para ele, outro aspecto bastante preocupante no consumo destas bebidas é "o fato de ter forte potencial de causar dependência".

Gouveia ressalta ainda que o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei [8.069/90](#)) proíbe a venda de produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida.

“Por todas essas razões, faz-se necessário que equiparemos as restrições do consumo de bebidas energéticas às existentes para as bebidas alcoólicas”, defendeu o parlamentar.

### **Tramitação**

O projeto será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (inclusive quanto ao mérito), antes de seguir para o Plenário.

### **ÍNTEGRA DA PROPOSTA:**

- [PL-455/2015](#)

Reportagem - Luiz Gustavo Xavier

Edição - Marcia Becker

**Assunto: Zika seria causa de nova síndrome congênita, apontam especialistas em encontro da OPAS**

**Fonte: ONUBR**

**Data: 21/07/2016**



**Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) reuniu cientistas do Brasil, da Colômbia e da Argentina e dos Centros de Prevenção e Controle de Doenças dos Estados Unidos (CDC) em Recife para investigar efeitos do zika sobre fetos e definir aspectos de distúrbios neurológicos, auditivos, visuais e outros observados em bebês infectados.**



Maior parte dos casos de microcefalia está concentrada no Nordeste do país. Foto: EBC

O conjunto de anormalidades observadas em fetos que contraíram zika e o possível nexos causal com a infecção pelo vírus sugerem o aparecimento de uma nova síndrome congênita.

Essa foi a conclusão de cientistas do Brasil, da Colômbia e da Argentina que se reuniram ao longo da semana, na região metropolitana de Recife, com especialistas da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) para [investigar os efeitos do zika sobre bebês em gestação](#).

O encontro foi até esta quinta-feira (21) e incluiu visitas a instituições de saúde recifenses que atendem crianças com microcefalia e outras condições neurológicas associadas à infecção pelo vírus zika. Também participaram pesquisadores dos Centros de Prevenção e Controle de Doenças dos Estados Unidos (CDC).

“A Organização Mundial da Saúde pôs em prática um processo para definir o espectro da síndrome. O processo foca em mapeamento e análise das manifestações clínicas englobando os distúrbios neurológicos, auditivos, visuais e outros, além de descobertas relacionadas a neuroimagem”, informaram os cientistas.

Durante sua passagem por Pernambuco, os clínicos foram informados sobre o atual estado da epidemia de zika pelo gerente de Incidentes da OPAS, Sylvain Aldighieri.

“Nosso objetivo é dar assistência aos países, fortalecendo a vigilância do zika e da síndrome congênita, além de aperfeiçoar a preparação para lidar com a síndrome de Guillain-Barré nos serviços de saúde. A relação espacial e temporal entre o zika e a síndrome de Guillain-Barré é evidente em muitos países”, destacou o especialista do organismo regional.

As informações sobre as complicações associadas à infecção pelo vírus zika ainda são limitadas — o que aponta para a necessidade de os cientistas compartilharem dados sobre diagnóstico, descrição, consequências, processos físicos e análise de evidências já descobertas até o momento.

“Tivemos a oportunidade de ir ao IMIP (Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira), em Pernambuco, e ver o trabalho excelente, incrível, que eles estão fazendo no acompanhamento e cuidado de crianças com microcefalia. É importante levar esse trabalho a outras partes do Brasil e do mundo”, disse o diretor de Família, Gênero e Curso de Vida, Andres de Francisco.

“Também devemos lembrar que o zika não é a única causa de microcefalia e a microcefalia não é o único possível sinal de zika”, acrescentou.

“Depois de quase um ano de trabalho muito intenso de vários grupos de pesquisadores, hoje existe certo consenso em associar zika não apenas com microcefalia, mas com outros aspectos da síndrome congênita. A OPAS quer facilitar esse processo de buscas, de pesquisas e geração de conhecimento”, disse o representante adjunto da OPAS no Brasil, Luis Codina.

O encontro desta semana foi organizado pela Unidade Técnica de Família, Gênero e Curso de Vida da representação do organismo regional no Brasil.

**Assunto: VÍDEO: Ouvir crianças e jovens é o primeiro passo por mais saúde e segurança**

**Fonte: ONUBR**

**Data: 21/07/2016**



Ouvir as necessidades das crianças e jovens é o primeiro passo para ajudá-los a crescerem saudáveis e seguros. 'Escuta Primeiro' é uma iniciativa do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Organização Mundial da Saúde (OMS) e parceiros que busca aumentar o apoio à prevenção do uso de drogas com base em evidências científicas, promovendo assim um investimento eficaz no bem-estar das crianças e jovens, suas famílias e comunidades.

Mais: <http://bit.ly/2abXCIT> e [www.unodc.org/listenfirst](http://www.unodc.org/listenfirst) #ListenFirst

**Assunto: Nada justifica ataques contra crianças, diz UNICEF após mortes na Síria**

**Fonte: ONUBR**

**Data: 21/07/2016**



**Em uma semana marcada pelo assassinato registrado em vídeo de um menino de 12 anos em Aleppo e a morte de mais de 20 crianças durante ataques aéreos em Manbij, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) pediu o fim imediato de todas as formas de violência contra crianças na Síria, e chamou as partes no conflito a evitar a morte de civis.**



Brinquedos em meio a destroços de casa destruída por bombardeio na Síria. Foto:

UNICEF/Romenzi

Em uma semana marcada pelo assassinato registrado em vídeo de um menino de 12 anos em Aleppo e a morte de mais de 20 crianças durante ataques aéreos em Manbij, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) [pediu o fim imediato de todas as](#)

## [formas de violência contra crianças na Síria, e chamou as partes no conflito a evitar a morte de civis.](#)

A agência estimou que 35 mil crianças estejam isoladas em Manbij, área rural da província de Aleppo, sem um local seguro para se proteger. Além disso, desde a intensificação dos confrontos nas últimas seis semanas, cerca de 2,3 mil pessoas, incluindo dezenas de crianças, foram mortas.

“Absolutamente nada justifica os ataques contra crianças”, disse Hanna Singer, representante do UNICEF na Síria, em comunicado publicado na quarta-feira (20). “Não importa onde elas estejam e sob controle de quem vivem”, enfatizou.

Somente nesta semana, mais de 20 crianças foram mortas em ataques aéreos em Manbij, e um menino de 12 anos foi brutalmente assassinado diante das câmeras em Aleppo.

De acordo com informações recebidas pela agência, famílias do vilarejo de al-Tukhar, perto de Manbij e a cerca de 80 km de Aleppo, estavam se preparando para fugir quando ataques aéreos ocorreram.

Em comunicado, representante do UNICEF também informou que tais incidentes são um lembrete de que é responsabilidade das partes no conflito respeitar as leis humanitárias internacionais que protegem crianças nas guerras.

“Deploramos todas as formas de violência e pedimos que todas as partes no conflito se esforcem para evitar a perda de vidas civis”, disse Singer. “Todas as formas de violência contra crianças precisam acabar imediatamente”.

Centenas de milhares de civis estão isolados em Aleppo, Manbij e outras cidades sírias enquanto o conflito entre governo e forças de oposição continuam nos arredores.

Na semana passada, o alto comissário da ONU para direitos humanos, Zeid Ra’ad Al Hussein, expressou sérias preocupações sobre a segurança e a necessidade das partes no conflito de garantir que nenhum mal ocorrerá a essas pessoas.

## **OMS condena ataques contra hospitais**

A Organização Mundial da Saúde (OMS) condenou na terça-feira (19) os ataques contra hospitais em Aleppo e Idlib. A agência também ofereceu suas condolências às famílias e colegas da equipe de saúde e pacientes mortos em diversos ataques que ocorreram nas últimas semanas.

Em 16 de julho, o hospital Omar Ibn Abdel Aziz, localizado no bairro de Al-Maadi, leste de Aleppo, foi atingido por bombardeios e diversos membros da equipe de saúde ficaram feridos. O hospital foi novamente atingido alguns dias depois, o que causou danos significativos em sua infraestrutura.

Esses eventos representam um sério revés para a comunidade local e um desafio adicional para o trabalho humanitário na Síria, segundo a OMS. “É inaceitável que tais ataques contra a saúde, que violam a lei humanitária internacional, estejam aumentando em frequência e escala”, disse a agência em comunicado.

**Assunto: Unicef denuncia assassinato de crianças na Síria**

**Fonte: Jornal do Commercio Online**

**Data: 22/07/2016**

## jornal do commercio

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) denunciou que mais de 20 crianças morreram ao longo desta semana em ataques aéreos



A cidade de Manbij e seus arredores, que abrigam 150 mil pessoas, são controlados pelo grupo Estado Islâmico

Foto: AFP

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) denunciou que mais de 20 crianças morreram ao longo desta semana em ataques aéreos em Manbij, no norte da [Síria](#).

A cidade e seus arredores, que abrigam 150 mil pessoas, são controlados pelo grupo Estado Islâmico (EI), mas estão sob intenso assédio de forças curdas, apoiadas pela coalizão internacional liderada pelos Estados Unidos.

"Nesta semana, mais de 20 crianças foram assassinadas em ataques aéreos em Manbij, e um garoto de 12 anos foi brutalmente morto em Aleppo", declarou Hanas Singer, representante do Unicef no país árabe. Segundo o órgão, 35 mil crianças estão presas na região sitiada.

"Esses terríveis episódios deixam ainda mais claro às partes em conflito sua responsabilidade de respeitar as leis internacionais humanitárias que protegem as crianças na guerra", acrescentou Singer.

Manbij é considerada crucial na guerra contra o Estado Islâmico porque fica a cerca de 130 quilômetros de Raqqa, tida como a capital do grupo na Síria.

<b>Assunto: FONINJ: Sistema de Justiça une esforços contra o trabalho infantil</b>
--

<b>Fonte: ABRAMINJ</b>
------------------------

<b>Data: 21/07/2016</b>
-------------------------



Por: Manuel Montenegro e Paula Andrade - Agência CNJ de Notícias



Criado pelo Conselho Nacional de Justiça no mês de junho, o Fórum Nacional da Infância e da Juventude (Foninj) vai unir esforços de órgãos do Judiciário e demais instituições do Sistema de Justiça contra o trabalho infantil. De acordo com informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2014, no Brasil trabalham cerca de 3,3 milhões de crianças e adolescentes com idades entre 5 e 17 anos. Como a maioria absoluta delas (2,8 milhões de meninos e meninas) trabalha de maneira informal, o Estado tem dificuldade em fiscalizar e coibir a prática.

Criado pela Resolução 231/2016, o Foninj terá entre suas funções “propor medidas visando à execução de políticas públicas de infância e juventude no âmbito do Poder Judiciário”. Na avaliação do conselheiro do CNJ ministro Lelio Bentes, em seu voto no pedido de providências que culminou na edição do ato normativo, a medida contribui para articular iniciativas dos órgãos que compõem o Sistema de Justiça e para reforçar o compromisso do Estado brasileiro com a população de crianças e adolescentes, segmento que deve ser tratado com prioridade de acordo com a Constituição Federal de 1988.

Diversos órgãos, atentos ao problema do trabalho infantil, já se mobilizam para erradicar a exploração do trabalho de crianças e adolescentes de forma irregular. Em setembro do ano passado, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT 1), o

Ministério Público do Trabalho do Estado do Rio, a Defensoria Pública regional e a seccional fluminense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RJ) formalizaram uma parceria para erradicar do trabalho infantil no estado e regularizar atividades trabalhistas exercidas por adolescentes. A ideia era articular os esforços já realizados por cada uma das entidades que assinaram o protocolo de intenções.

O Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR), o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Eleitoral de Roraima firmaram um Termo de Ajuste de Conduta com 22 partidos políticos para evitar o trabalho infantil nas campanhas eleitorais de 2014. Pelo acordo, as agremiações se comprometeram a não contratar cabos eleitorais com menos de 16 anos nem envolver menores de idade em atividades da campanha “em ruas, avenidas e outros logradouros públicos ou locais” que implicassem “situações de risco ou perigo” bem como “trabalho noturno, penoso, perigoso ou insalubre”.

Em 2015, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB) contratou serviços de operador de máquinas fotocopadoras e vigilância institucional exigindo da contratada jamais ter sido condenada pelas “leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo”. A restrição, que também se estendia aos dirigentes da empresa, baseou-se no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho. Publicado pela primeira vez em 2012, o documentou tornou-se referência os demais ramos do Judiciário ao consagrar a redução do impacto humano e o respeito aos direitos humanos como princípios a serem seguidos nas contratações públicas.

Segundo a secretária-executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), Isa Oliveira, a defesa e a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes pelo Poder Judiciário, conforme prevê a Constituição Federal, é condição para acabar com o trabalho infantil no país. “A Justiça é fundamental no combate ao trabalho infantil, pois responde por cumprir o artigo 227 da Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Não há possibilidade de eliminar o trabalho infantil sem garantir prioridade absoluta a esse segmento da população, conforme preconiza o texto constitucional”, afirmou.

**Mobilização** – O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), como forma de estimular o engajamento da Justiça do Trabalho na luta pela erradicação do trabalho infantil, e buscando cumprir o compromisso assumido pelo Brasil diante da comunidade internacional, de extinguir as piores formas de trabalho infantil até 2015, e quaisquer formas até 2020, criou o Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem. No site da Programa, é possível acessar os representantes de cada tribunal da Justiça do Trabalho, notícias veiculadas a respeito da temática, conhecer boas práticas na área, as campanhas promovidas, além de denunciar casos de exploração do trabalho de crianças e adolescentes.

**Restrições** – Além de proibir trabalho para menores de 16 anos, exceto para os aprendizes com pelo menos 14 anos de idade, a Constituição Federal de 1988 veda trabalho noturno, perigoso e insalubre para pessoas com menos de 18 anos. No plano internacional, o Brasil é signatário de tratados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que protegem direitos das crianças e adolescentes.

**Foninj** – Criado pela Resolução 231/2016 do CNJ, o Fórum Nacional da Infância e da Juventude (Foninj) foi instituído pelo CNJ, em caráter nacional e permanente, com a atribuição de elaborar estudos e propor medidas para a coordenação, elaboração e execução de políticas públicas, no âmbito do Poder Judiciário, concentrando especialmente as iniciativas nacionais de aprimoramento da prestação jurisdicional na área da Infância e da Juventude. O fórum será composto por conselheiros do CNJ nomeados pelo presidente do órgão, ministro Ricardo Lewandowski, e por magistrados de diferentes segmentos do Poder Judiciário.

## **Assunto: MPPE recomenda que escolas do Recife adotem medidas para assegurar o aprendizado de alunos com dislexia**

**Fonte:** MPPE

**Data:** 22/07/2016



21/07/2016 - O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) recomendou ao secretário Estadual de Educação, Frederico Amâncio, e ao secretário de Educação do Recife, Jorge Vieira, que determinem, em até 20 dias, aos gestores de escolas públicas e privadas da capital a adoção de medidas para resguardar o direito à educação dos alunos com dislexia.

A primeira medida que o MPPE recomendou é a elaboração, por um pedagogo da própria escola, de laudo técnico sempre que houver a suspeita de que um aluno possui dislexia. O estudante deverá depois ser encaminhado, mediante requisição aos pais ou responsáveis, a uma equipe multidisciplinar da área de saúde, a fim de passar por um diagnóstico detalhado.

Caso seja confirmado que o aluno possui dislexia, os gestores educacionais devem definir, com base no laudo emitido pelos profissionais de saúde, os procedimentos pedagógicos mais adequados para promover a efetiva inclusão escolar, de modo a ofertar a esse aluno um completo processo de aprendizagem.

“O diagnóstico precoce da dislexia evita rótulos depreciativos ao aluno e eventuais dificuldades de relacionamento com os demais colegas, além de fornecer condições para um acompanhamento efetivo das dificuldades, levando a resultados mais concretos”, pontuou a 29ª promotora de Justiça de Defesa da Educação da Capital, Allana Uchôa de Carvalho, no texto da recomendação.

Ela também recomendou aos diretores das escolas públicas e privadas que enviem à Secretaria de Educação a que são credenciadas uma lista dos alunos disléxicos de cada unidade de ensino. Esse documento deve elencar as necessidades de cada aluno e os recursos pedagógicos específicos para atendê-los, além das ações efetivadas para inseri-los no contexto escolar.

Segundo a promotora de Justiça, as escolas não podem exigir do aluno disléxico a comunicação exclusivamente através da linguagem escrita, o que se constitui numa negação do direito natural de expressar-se livremente por outros meios igualmente aptos. Tal modelo escolar não favorece os estudantes disléxicos, que acabam por não concluir os anos letivos e elevando os índices de evasão escolar.

“Os conteúdos escolares devem ultrapassar a aquisição de conceitos, a fim de incluir procedimentos, habilidades, estratégias, valores, normas e atitudes. Por outro lado, são desnecessárias salas especiais exclusivas para os alunos disléxicos, já que é bastante rica a convivência e troca de experiências com os colegas não disléxicos”, complementou.

Frederico Amâncio e Jorge Vieira têm 30 dias para informar à Promotoria de Justiça de Defesa da Educação se foram adotadas as medidas para o cumprimento da recomendação, devendo apresentar os documentos que comprovem a efetiva realização das ações propostas pelo MPPE.

**O que é dislexia?** – A dislexia é um transtorno específico de aprendizagem de origem neurobiológica e multifatorial, caracterizada por dificuldade no reconhecimento preciso ou fluente da palavra, na habilidade de decodificação das letras e na soletração.

Embora os sintomas da dislexia possuam diferentes graus, o estudante disléxico tem dificuldade com a leitura, principalmente no que diz respeito à associação dos símbolos gráficos das letras ao som que eles representam. O aluno disléxico pode revelar, também, inaptidão para certas atividades, dentre elas a dificuldade para leitura e interpretação textual.

**Assunto: Livre-se de dúvidas na educação do filho adotivo**

**Fonte: IBDFAM**

**Data: 22/07/2016**



## Amor incondicional é tão importante quanto contar a verdade

POR LAURA TAVARES - ATUALIZADO EM 21/07/2016

Ao contrário do meio profissional, não há experiência de "estágio" para quem deseja se tornar pai. No caso de quem opta pela adoção, então, o desafio pode parecer ainda mais intimidador. Entretanto, segundo a psicóloga Cintia Liana Reis de Silva, especializada em casos conjugais e familiares, "quanto mais preparados os pais estiverem, maiores serão as chances de rápida adaptação e de a adoção ter 100% de sucesso".

A receita parece simples, mas será que você está realmente seguro para lidar com as principais questões da adoção?



## Contar ou não contar, eis a questão

Para os psicólogos, não há dúvidas: dizer a verdade é a melhor alternativa. Cintia explica que guardar segredos pode ser um peso desnecessário para a família e pode trazer grandes prejuízos no futuro. Além disso, se a criança souber que é amada e está segura, não terá razão para se sentir menosprezada por sua condição.

A psicóloga clínica Denise Mondejar Molino acrescenta que, mesmo inconscientemente, algumas crianças demonstram um conhecimento da verdade. Em casos de adoção

tardia, ela passa por um longo período de adaptação aos novos pais, lar, irmãos e hábitos, o que desperta um questionamento interno. Já no caso de crianças menores, a psicóloga afirma ser possível identificar traços dessa percepção em desenhos ou mesmo brincadeiras.